

-----A C T A-----

-----da reunião ordinária pública de 5 de Junho de 2006-----

-----Aos cinco dias do mês de Junho de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito à Rua Cinco de Outubro, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos da Silva.-----

-----Faltou a Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha que perguntou como está o ponto da situação do concurso para provimento de um lugar de Veterinário Municipal, ao que o Sr. Presidente respondeu que ainda não tinha proferido o despacho final no processo.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora referiu haver-lhe sido informado que o Dr. Oriol Pena exerceria funções, como contratado, até ao provimento de novo funcionário e tomou conhecimento que é o Veterinário de Alpiarça quem está a efectuar a vacinação de canídeos.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que na sede da Junta de Freguesia de Almeirim está afixado um edital anunciando que o complexo desportivo da Tapada está sob a responsabilidade do Sr. Joaquim Braz Pereira. No entanto, no anterior mandato deliberou este executivo que aquelas instalações desportivas ficariam sob a responsabilidade da Associação Desportiva da Tapada e

perguntou como pode a Junta de Freguesia deliberar delegar noutrém um património que não lhe pertence.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro salientou que a deliberação de Câmara confere a gestão daquele espaço à Junta de Freguesia.----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora disse que a delegação de competências termina no fim do mandato e o actual executivo ainda não delegou nada, desde o início do mandato. Para que a delegação fosse legal o executivo teria de aprovar, a Assembleia Municipal também e a Junta de Freguesia teria de ratificar a delegação.---

-----Disse ainda a mesma Vereadora, em relação à autorização dada pelo Sr. Presidente para início de uma obra no Largo João de Deus, em Almeirim, que no passado domingo foi lá colocado à pressa o painel contendo o Alvará de licenciamento, o qual só pode ser passado após aprovação de todos os projectos de especialidade, o que ainda não aconteceu. Disse também que as placas de obras desta terra, ou estão em branco ou rasgadas, quando deviam servir para particulares e eleitos conferirem a legalidade das obras. Se um cidadão é atingido no decurso da obra, é impossível este executivo controlar ou o cidadão identificar o dono da obra. E pediu informação de quantos fiscais dispõe a autarquia para a fiscalização de obras, já que tem conhecimento de que se fazem obras antes do licenciamento, sem qualquer legalização.-----

-----Para esclarecimento desta situação o Sr. Presidente leu a sua Informação, do seguinte teor:-----

-----Porque não tinha elementos que me permitissem reconstituir o andamento do processo de obras número quarenta e três de nove de Fevereiro de dois mil e seis, importa deixar esclarecido com clareza que se tratou de um caso social ligado às dificuldades económicas que se atravessam e que alguém, com dois dedos de boa intenção imaginaria.-----

-----Como já disse o processo deu entrada na Câmara a nove de Fevereiro de dois mil e seis sob o nome de Carlos Manuel Grosso da Silva.-----

-----Em dezassete de Março estiveram no meu gabinete o dono da

obra e o projectista para trocarem impressões sobre o resultado da análise do processo que entretanto foi feito pelos nossos serviços técnicos.-----

-----Dessa análise ressaltava que o processo cumpria as normas legais, não apresentava qualquer irregularidade, havia apenas que aconselhar por parte dos serviços técnicos da Câmara, alguns pormenores de ordem estética nas varandas posteriores.-----

-----Aproveitei esta reunião para aplicar uma admoestação verbal e ameaçar levantar processo de contra - ordenação por saber que se estava a proceder a demolições e fundações.-----

-----Foi-me argumentado a absoluta necessidade de o fazer sob pena da não ocupação da mão de obra disponível e consequente não pagamento de salários durante o tempo da paragem.-----

-----Considerando que o processo tinha sido analisado e estava correcto.-----

-----Considerando que o construtor é de nível de economia familiar.-----

-----Considerando ainda o prejuízo social para os trabalhadores e suas famílias que considero evitar a todo o custo, sobretudo tendo em atenção a situação económica do país.-----

-----Entendi ser de atender aos argumentos e ficar pela admoestação como entendo que todo o autarca que se preze deve fazer.-----

-----A atestar o facto de o processo estar em andamento normal prova o deferimento da Arquitectura em vinte e sete de Abril de dois mil e seis, há mais de um mês. É este o momento onde acaba a responsabilidade da Câmara.-----

-----Termino com a opinião de que um AUTARCA RESPONSÁVEL ESTÁ PROIBIDO DE SOFRER DE MIOPIA».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos aludiu a que a Ponte D. Luís, entre Almeirim e Santarém, se encontra em mau estado de conservação e sem iluminação à noite. Sabe que foi lançado um concurso pela Estradas de Portugal, EPE e perguntou se a Câmara tem informação da data do início das obras de recuperação

daquela obra de arte.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a informação que lhe foi transmitida referia que as obras de conservação já deveriam ter começado e, quanto à iluminação com que foi dotada por pressão dos municípios de Almeirim e Santarém, não deixava antever muita eficácia, pelo que se aguarda que intervenção a efectuar abranja também a iluminação.-----

-----Referiu o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos que no Parque da Zona Norte a Casa de Chá está fechada há mês e meio, a conservação do espaço verde tem vindo a degradar-se, existe uma rotura de um cano de água, a relva tem partes secas e há madeiras podres, pelo que demonstra falta de manutenção do espaço verde. Referiu ainda que o espaço não está em condições para as crianças poderem brincar. A haver concessão, é de chamar o concessionário à colacção, ou a empresa responsável pela gestão do espaço verde, para não deixar degradar aquele espaço.-

-----O Sr. Presidente respondeu que está adjudicada a conservação da zona verde e terá lugar amanhã uma reunião para esclarecimento sobre os objectivos não cumpridos. As madeiras são da responsabilidade da Câmara e vão ser repostas.-----

-----

#### -----**ORDEM DO DIA**-----

-----ACTAS - A Câmara deliberou aprovar, por maioria, a Acta da reunião de quinze de Maio de dois mil e seis, com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, por não ter participado na mesma reunião.-----

-----Pelo Sr. Presidente foi distribuída aos membros do executivo a Acta da reunião de vinte e nove de Maio passado.-----

-----

#### -----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o requerimento de Frisol, Instalações de Frio e Climatização, Lda, solicitando autorização para transmitir o lote número sessenta e

quatro da Zona de Actividades Económicas de Almeirim a favor da Caixa Geral de Depósitos, a coberto de uma operação de leasing imobiliário /lease back), sem pagamento de compensações. Tem informação do consultor jurídico de que, por se tratar de um processo de financiamento, consubstanciado na venda seguida de locação financeira, continuando o vendedor a usufruir do bem, que a final do processo retorna à sua propriedade, não deve ser considerada abrangida pelo número cinco do Artigo cinquenta e quatro do respectivo Regulamento.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a transmissão do lote e da construção, em leasing imobiliário, com isenção do pagamento da compensação financeira nas transmissões da empresa para a Caixa Geral de Depósitos e, no final do processo, desta entidade financiadora para a requerente, de forma exclusiva, sendo qualquer transmissão do mesmo lote de terreno e construção a favor de outras entidades para além destas, obrigatoriamente tributada na referida compensação.-----

-----Abstiveram-se os Srs. Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha, tendo esta última autarca justificado a sua posição 'pela razão de sempre: por o assunto não ter sido integrado na Ordem de Trabalhos e não terem sido distribuídos documentos aos Vereadores'.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou abster-se por só agora o assunto lhe ter sido apresentado e não conseguir, em tempo útil, analisar o processo.-----

-----Ambos os eleitos consideraram que o consultor jurídico não devia emitir informações jurídicas manuscritas, devendo para o efeito ser dotado de meios mecânicos de escrita, se é que não os tem.-----

-----HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS - Foi presente a carta de Modelo Continente Hipermercados, SA, solicitando autorização para o seu estabelecimento Modelo de Almeirim se manter em funcionamento no próximo sábado, dez de Junho, por se tratar de um feriado no início do mês, usualmente um dia

preferencial de compras.-----

-----A Câmara deliberou autorizar.-----

-----

-----

**-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----**

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - A Câmara tomou conhecimento da comunicação da ANMP que acompanha a Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, em Innsbruck, Áustria, em Maio passado.-----

-----

-----UNIVA - O Sr. Presidente apresentou o pedido da Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre com vista ao adiantamento da verba para pagamento à estagiária em serviço no programa UNIVA, que será reposto, logo que seja recebida a verba a esse fim destinada.-----

-----O executivo concordou.-----

-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----À Associação Rancho Folclórico de Paço dos Negros, para o seu festival de folclore, quinhentos euros; e ao Rancho Folclórico Os Camponeses da Raposa, para o seu festival de folclore infantil, quatrocentos e cinquenta euros.-----

-----A Câmara tomou conhecimento da carta da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental agradecendo o apoio para a deslocação do seu grupo de teatro a Toulouse.-----

-----

-----QUIOSQUE - O Sr. Presidente disse que, na sequência das deliberações desta Câmara de dezoito de Abril e de quatro de Julho de dois mil e cinco, deve ser fixado o valor da renda e o prazo de arrendamento a Vítor Hugo Duarte de Almeida, pela exploração do quiosque municipal para venda de jornais e

revistas sito na Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Almeirim, atendendo ao fim social da atribuição.-----

-----A Câmara deliberou fixar a renda em trinta euros mensais por um período de seis meses, findo o qual o valor e prazo serão revistos em função da rentabilidade da exploração.-----

-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - O Sr. Presidente submeteu a apreciação a minuta do contrato de prestação de serviços a celebrar com Martins & Reis - Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, Lda., com destino à prestação de serviços indicados em título, que terá a duração de vinte e quatro meses, o preço total de treze mil novecentos e cinquenta e quatro euros e oito cêntimos, mais IVA e cujo processo de concurso decorreu através da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que as condições financeiras da prestação de serviços são boas, embora desconheça os actos médicos e põe a questão como vai o executivo aprovar o contrato com uma empresa que não está licenciada pelo Instituto de Higiene e Segurança no Trabalho nem tem certificado de habilitação, o que deveria ser motivo de exclusão em sede de concurso.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a CULT consultou a esse respeito o Instituto competente que respondeu que a demora no andamento deste tipo de certificações é de sua responsabilidade, pelo que a empresa pode exercer a actividade que se propõe.-----

-----O Sr. Vice-Presidente corroborou esta informação acrescentando que o Instituto referiu que, por não ter tempo para dar andamento a todos os processos, os que se encontram em apreciação são os que não foram liminarmente rejeitados.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha aludiu à Cláusula Segunda, dizendo que deviam ser aqui definidos os locais da prestação dos serviços; quanto à Cláusula Terceira disse não conhecer os

serviços a prestar no âmbito do contrato, pelo que não pode dar parecer favorável a um processo que desconhece e não tem de fazer confiança na CULT, nem tem, aliás, todo o conjunto de informação dos actos praticados ao longo do concurso, porque não lhes teve acesso; sobre a Cláusula Quarta referiu que higiene, segurança e saúde no trabalho não é só medicina, são também as instalações. E, por exemplo, as instalações da Nitreira não precisam de médico, precisam de higiene e segurança no local de trabalho. Mais disse que o despacho do Presidente que autoriza a despesa devia ser comunicado a este executivo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que existe um Caderno de Encargos e um Programa de Concurso, documentos base do processo e houve concordância do Sr. Presidente com os termos do Contrato. Considerando os custos da prestação de serviços, a autorização da despesa contem-se na competência própria do Presidente da Câmara.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha respondeu que todos os despachos do Sr. Presidente que autorizem custos ou proveitos têm de ser informados ao executivo.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro considerou que a CULT funciona muito bem, o que atesta o crescimento da região, e as deliberações da CULT foram sempre tomadas por unanimidade, com a pluralidade partidária que é patente, porque as individualidades que a integram estão interessadas em fazer o melhor por esta região. Ao contrário deste executivo, que cada vez que vem aqui algum documento importante para a melhoria de condições seja de quem for, estamos horas a discutir tudo menos o que é importante. E neste caso o importante é que vão ser facultadas condições aos funcionários que jamais tiveram, na sequência, aliás, da compra de material EPI, no ano passado, e de todas as acções para melhorar as condições dos trabalhadores. A melhor forma de algumas pessoas desvalorizarem o trabalho de quem o executa é achar que se podia fazer melhor e que falta sempre qualquer coisa. E acrescentou que se congratula com as condições que se procuram melhorar para os funcionários e que, com a



evolução da legislação, se prosseguirá a melhoria da oferta de condições de trabalho.-----

-----Submetida a votação a minuta do contrato da prestação de serviços, foi o mesmo aprovado por maioria, com a abstenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, que declarou:-----

-----«Considerando da maior importância e de grande urgência o funcionamento e implementação na autarquia de medidas de higiene, segurança e saúde no trabalho, tal como a lei manda há muito tempo, que venham proteger os trabalhadores municipais e melhorar as condições de trabalho, vindo ao encontro das preocupações já demonstradas por mim, como prova o agendamento em reunião há cerca de dois ou três meses, não posso no entanto aprovar este contrato, tal como é apresentado, pelas seguintes razões: 1º - Não foi facultado aos membros da oposição deste executivo o Caderno de Encargos e Programa de Concurso na base da contratação e partes integrantes deste contrato; 2º - Existem algumas lacunas que seriam fáceis de resolver e que se traduziriam numa melhoria do mesmo; 3º - porque se confirma o que já referi em tempos em relação à CULT, em que determinadas decisões desse organismo são depois «ratificadas» com o voto dos elementos deste executivo, sem que estes tenham os elementos necessários para a avaliação das mesmas».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou votar «a favor da celebração deste contrato por considerar que as condições financeiras são vantajosas para o Município de Almeirim. Em todo o caso não pode deixar de criticar que a vinda de contratos deste nível devia ser acompanhada de elementos essenciais, nomeadamente quanto às condições financeiras e demais obrigações previstas no Caderno de Encargos, a fim de permitir um conhecimento pleno do que vamos contratar. Seria importante que no futuro pudesse ser presente ao executivo uma nota informativa ou extracto das partes mais importantes do Caderno de Encargos».-----

-----Às dezasseis horas e três minutos ausentou-se o Sr. Vice-

Presidente.-----

-----CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - 1º TROÇO -  
Foram presentes o Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Anúncio, com destino ao concurso público para a Construção da Circular Urbana de Almeirim - Primeiro Troço - Entre a Estrada Nacional cento e dezoito e o Centro Coordenador de Transportes Terrestres, em Almeirim.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha lembrou a oportunidade de dotar esta via com uma pista para bicicletas, ao que o Sr. Presidente respondeu que já está contemplada no projecto.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou ao Presidente da Câmara Municipal de Almeirim se a circular não deveria ter quatro faixas, caso contrário, daqui a alguns anos será uma mera rua de Almeirim e perguntou se o Caderno de Encargos tem prevista a construção de cabodutos.-----

-----O Sr. Presidente respondeu às questões propostas.-----

-----A Câmara deliberou aprovar o Programa de Concurso, Caderno de Encargos e abrir concurso público para a mesma empreitada.---

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMEIRIM - Com a presença do Sr. Arq<sup>o</sup> Artur Sampaio, deu-se início ao debate da proposta de Alteração do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim, previamente distribuída a todos os autarcas e que se destina a conferir nova redacção aos Artigos trinta e quatro e trinta e sete. Estas normas configuram, respectivamente, para o Artigo trinta e quatro que «Não é permitido um número de pisos superior a quatro ou uma cércea superior a doze metros e meio, sem prejuízo da admissibilidade de um quinto piso nos edifícios com coberturas planas, no espaço compreendido entre a laje de esteira (laje horizontal de cota mais elevada) e a linha virtual da inclinação máxima da cobertura definida pelo ângulo de vinte e oito graus de qualquer das águas com o plano horizontal»; e

para o Artigo trinta e sete que «Sem prejuízo do cumprimento do Regulamento Geral de edificações Urbanas, admite-se o aproveitamento do vão do telhado para fins habitacionais, na generalidade dos arruamentos, desde que a inclinação do telhado não ultrapasse vinte e oito graus em qualquer das águas, no ângulo com o plano horizontal».

-----  
----O arquitecto referiu que esta alteração vem clarificar o entendimento com vista a ultrapassar diferenças de tratamento entre discursos de arquitectura similares e com o mesmo fim, para o aproveitamento do último piso quando a cobertura é em laje plana ou em telhado com inclinação.

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou se com esta alteração pode ser subido o telhado, ao que o técnico respondeu negativamente e exemplificou. A autarca referiu que o Artigo trinta e quatro do PUA foi alterado em dezassete de Fevereiro de dois mil e três, com a introdução de cinco palavras. À época, a interveniente afirmou que aquilo não era um esclarecimento, mas era uma alteração do número de pisos. A partir dessa alteração passámos a ter um quinto piso, num período em que a lei proibía qualquer alteração aos PMOTs. O nosso tinha sido publicado em Junho de dois mil e um e a lei só permitia a correcção de erros materiais. A proposta então apresentada não visava fazer uma alteração ao português mas sim à norma legal, permitindo mais um piso ocupado. Isto é clarificar um crime premeditado, fazendo uma alteração não ao português mas à norma legal, permitindo mais um piso ocupado. Como a lei não permitia alterar fez-se um arranjo subtil e passado um certo prazo vem com nova alteração clarificar a pretensão, preto no branco, o que não se pôs em Fevereiro de dois mil e três, porque havia que ser discreto. Na época a CDU votou contra porque se estava a cometer uma ilegalidade e agora, a presente alteração já vem clarificar um crime premeditado.

-----O Sr. Presidente respondeu que não há nenhuma ilegalidade, trata-se apenas do aproveitamento do vão do telhado, cuja previsão já existia, embora houvessem tratamentos diferenciados

consoante a cobertura fosse plana ou inclinada.-----  
-----Submetida a votação a alteração aos citados artigos do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim, o executivo deliberou aprová-la, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha, tendo a última autarca lido a seguinte declaração de voto:-----  
-----«Votei contra e faço voto de vencido a alteração proposta pela maioria PS, dos artigos nº trinta e quatro e trinta e sete o Plano de Urbanização de Almeirim (PUA) pelas seguintes razões:-----  
-----1º-Esta alteração ao artigo nº trinta e quatro do PUA vem consolidar e agravar uma outra efectuada em Fevereiro de dois mil e três que já então contou com a oposição da CDU. Oposição sustentada no facto que a alteração aprovada pela maioria PS implicava uma mudança nas regras urbanísticas em vigor há longos anos na Cidade de Almeirim, visando permitir a construção de um quinto piso e não a ocupação de sótãos para habitação, que já estava garantida no artigo nº trinta e sete desde que o todo habitado não ultrapassa-se os quatro pisos. Para a CDU esta alteração iria ter consequências gravosas para a harmonia urbanística da nossa cidade, com impactos na densidade, na altura de construção e nas cercas sobretudo nas áreas consolidadas com ruas mais estreitas, como se veio desde então a verificar. Por outro lado, a CDU também denunciou então o facto que esta alteração visava camuflar situações de violação do PUA, as edificações de cinco pisos já existentes na Cidade, com uma cobertura legal a posteriori.-----  
-----2º-Esta proposta agora apresentada visa "escarrapachar" preto no branco a mudança nas regras urbanísticas subtilmente introduzidas com a alteração do dito em Fevereiro dois mil e três e que não podiam ter sido feitas na época. O Decreto-Lei trezentos e oitenta e nove no seu artigo nº noventa e seis proibia a alteração das regras nos Planos Municipais publicados à menos de três anos o que era o caso do nosso que tinha sido publicado em dois mil e um, depois de ter sofrido uma

alteração de fundo. O Decreto em questão, hoje com nova redacção, na qual esta proibição se mantém, exceptuava somente os erros materiais previstos no nº noventa e sete, nomeadamente os de redacção, daí o argumento utilizado pelo PS na época, de "clarificação", quando estávamos perante uma verdadeira mudança de regras. Razão porque considero que a nova redacção hoje aprovada com o meu voto contra, vem legitimar uma premeditada violação da Lei.-----

-----3º-Estas alterações nas regras de construção e edificação da Cidade não têm só implicações na harmonia urbanística mais também na claridade, arejamento e questão térmica das habitações e posteriormente no seu estado de conservação e na qualidade de vida que elas proporcionam aos seus moradores, assim como das próprias ruas».-----

----- O Sr. Presidente declarou: «Votei a favor porque, com este esclarecimento introduzido aos Artigos trinta e quatro e trinta e sete, fica contemplada a possibilidade de reconhecer soluções arquitectónicas que até aqui não tinham expressa previsão legal no Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim e são soluções modernas que em muito valorizam a qualidade dos projectos e, conseqüentemente, valorizam os aspectos estéticos da cidade».-----

-----PROTOCOLO VALTEJO FINICIA - Foi submetida à apreciação a minuta do Protocolo Financeiro e de Cooperação , Valtejo Finicia no Concelho de Almeirim, que visa estabelecer uma parceria entre a Câmara Municipal de Almeirim, o Banco Espírito Santo, SA, a SGMPPrime - Sociedade de Garantia Mútua, SA, a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém e o IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, a fim de estimular investimentos a realizar por micro e pequenas empresas no Concelho.-----

-----O Sr. Presidente referiu que o Protocolo e seus Anexos I e II vem substituir o FAIME actualmente em vigor, que não teve muito êxito e para o qual estão em apreciação três processos de

reduzido valor de comparticipação.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que há valores em branco, não há definição do spread, o que torna o documento demasiado lato, e é uma parceria que se aceita, sem nada em troca.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos também quis saber o impacto do anterior FAIME, adesão a nível concelhio e focou as partes em branco no clausulado, valor da garantia, a escolha do parceiro financeiro que presume tenha sido negociada com o IAPMEI e perguntou se estas verbas (a contribuição de cem mil euros da autarquia) estão cabimentadas em Orçamento.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que é esse o valor máximo, sendo as participações aprovadas parcelarmente.-----

-----Posta à votação, foi a minuta do Protocolo aprovada por maioria, com a abstenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, que ditou a seguinte declaração de voto:-----

-----«A minha abstenção deve-se à não discordância com o objectivo visado neste Protocolo, no sentido de vier a apoiar a criação e implementação de pequenas e médias empresas, tal como o anterior programa visava, mas sim porque me parece que algumas 'brancas' na minuta do Protocolo financeiro deviam ser preenchidas, clarificando os direitos dos candidatos e espero que o venham a ver mais que no anterior Protocolo de desenvolvimento e que no nosso Concelho se possa fazer face à situação de crise económica que atravessa todo o país. Também penso que uma alteração à Derrama teria sido outra medida de estímulo e resistência face à crise».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou que «vota a favor da celebração deste Protocolo dado que o mesmo é um mecanismo importante de crescimento ou sustentabilidade do sector empresarial no nosso Concelho e, nessa medida, o PSD apoiará todas as iniciativas que visem promover e beneficiar aspectos de ordem financeira o município e as empresas que lhe conferem dinâmica económica. É pena que a Câmara Municipal não acompanhe esta iniciativa no âmbito dos benefícios fiscais, com

vista ao incremento da actividade empresarial, através da redução ou abdicação da cobrança do imposto acessório Derrama».-

-----O Sr. Presidente disse: «Voto a favor desta proposta de minuta porque, com a assinatura deste Protocolo, cria-se um novo mecanismo de apoio a novas iniciativas que pretendem criar formas de desenvolvimento económico, com a criação de emprego e a possibilidade de patrocinar sistemas de garantia a novas iniciativas. Não me parece possível que se possam reduzir as receitas correntes da Câmara, nomeadamente não criando a Derrama, e patrocinar paralelamente mecanismos de incentivo ao desenvolvimento económico concelhio. Se não existirem umas, não poderão existir outras e não é por acaso que nem todas as Câmaras estão em condições de celebrar protocolos deste tipo».--

-----PROF/RIBATEJO - Este ponto da Ordem de Trabalhos foi agendado pela Sr<sup>a</sup> vereadora Manuela Cunha que disse que seria normal que esta autarquia tomasse posição sobre o Ordenamento Florestal, não sabe porque não foi aqui agendada a participação no PROF/Ribatejo e, como autarca, devia ter sabido através da Câmara, a fim de poder tomar uma posição e perguntou o que se passou.-----

-----O Sr. Presidente disse que o Programa foi posto à discussão pública e não houve nenhuma chamada de atenção para que esta autarquia promovesse essa discussão.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora disse que a autarquia devia ter uma posição, emitir a sua opinião e lamenta que não fosse posto à consideração e que a Câmara não opine sobre o mesmo.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a posição da autarquia vai emergir a partir do Plano Contra Incêndios.-----

-----A mesma autarca disse que há uma proposta da administração central para o tipo de floresta neste Concelho e essa também é uma posição fundamental no combate a incêndios, para a economia e para a ecologia. Existe uma proposta de floresta e a autarquia deveria ter analisado e opinado e lamenta que assim não tenha sido. Disse ainda pretender, em qualquer outra intervenção da

administração central que seja sujeita a consulta pública, que a autarquia intervenha.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse não se recordar de vez alguma, neste tipo de inquérito público promovido pelo Governo, que tenha sido presente para pronúncia pelo executivo.-----

-----CUMPRIMENTO PELA AUTARQUIA DAS RESPONSABILIDADES QUE LHE SÃO ATRIBUÍDAS POR LEI EM MATÉRIA DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS - A Sr<sup>a</sup> Vereadora disse que, ao agendar este ponto da Ordem de Trabalhos, o executivo devia ter conhecimento do que a autarquia está a fazer em relação a esta matéria, por exemplo, o ponto da situação em relação aos Planos Municipais de Prevenção de Incêndios Florestais em matéria de limpeza das matas em geral e nos cem metros à volta dos aglomerados urbanos.-----

-----O Sr. Presidente disse que o assunto não passou despercebido, embora o nosso Concelho não disponha de forte incidência florestal. Apesar disso este município mantém um acordo de cooperação que inclui Alpiarça, Chamusca e a associação de produtores florestais ACHAR, que prevê a cooperação de todas as partes com vista a prevenir e fazer face a fogos florestais. Acrescentou que, no âmbito da estratégia de prevenção, teve uma reunião com o novo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, a fim de tomar conhecimento das carências da corporação com vista a programar o apoio necessário e, nesse sentido, o executivo deverá participar na aquisição de um novo sistema de comunicações. No próximo dia vinte e um haverá uma reunião no Governo Civil que visa promover as acções intermunicipais atinentes ao assunto. E concluiu que este executivo está atento a este problema e envida todos os esforços ao seu alcance no sentido da protecção do Concelho.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha referiu que a lei diz coisas mais concretas, refere competências, por exemplo as dos Planos Municipais.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que recebeu uma circular da



Associação Nacional de Municípios que anuncia o prazo de cento e vinte dias para a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora disse que já era tempo de estar feito, a componente de combate a incêndios e de primeira intervenção é primordial e é sempre descurada. A lei obriga a elaboração de cadastros pela Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro salientou que, nos anos em que os incêndios foram trágicos, Almeirim não chegou a ter uma dezena de incêndios. O que hoje está a ser definido pelo Governo como vigilância armada, bombeiros em zonas de maior risco florestal, já é feito pelos nossos bombeiros há muitos anos e a cooperação com a ACHAR está em vigor há muito tempo. Por isso custa estar aqui a ouvir que esta Câmara não faz nada. Faz, de facto, e sem alardes e a prova está no número de incêndios neste concelho. A própria legislação vai contar com o desagrado dos produtores florestais, pela área que impõe como não florestável, com vista ao eficaz combate aos incêndios.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora respondeu que os planos municipais de prevenção já deveriam estar entregues há mais de dois anos e agora o prazo apresentado pelo Governo é um ultimato às autarquias que não apresentaram.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que o Orçamento municipal para dois mil e seis prevê a criação do Gabinete de Protecção Civil, ao que a Sr<sup>a</sup> Vereadora respondeu que já vem há quatro anos, com a mesma verba e o mesmo discurso.-----

-----PLANO DE PORMENOR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, que requereu o agendamento do presente ponto da Ordem de Trabalhos, apresentou a sua proposta do seguinte teor:-----

-----«Considerando que nos últimos tempos tem-se verificado um crescimento demográfico significativo na freguesia de Fazendas de Almeirim (quase sete mil habitantes);-----

-----Em consequência deste crescimento demográfico tem-se verificado um aumento da construção imobiliária na Freguesia, mas de uma forma não planeada, pelo que se impõe a criação de um Plano de Pormenor (PP) para esta Freguesia;-----

-----Para além disso, o desenvolvimento da própria Vila impõe que se procure novas soluções na estruturação do seu ordenamento e economia local, na medida em que importa diferenciar as zonas de habitação, espaços verdes e zona de actividades económicas;--

----- A elaboração do PP da Freguesia permitirá, a médio/longo prazo, um crescimento sustentável da Vila que beneficiará todos os que nela residem, bem como o meio ambiente e o papel das actividades agrícolas no Concelho;-----

----- Importa referir que a construção de uma Zona Industrial na Vila de Fazendas de Almeirim, não se prende apenas com razões de qualidade de vida dos munícipes que nela residem, mas também com questões de ordem ambiental e ordenamento do território;-----

----- Assim, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo vinte e nove da Lei nº cento e cinquenta e nove de noventa e nove, de catorze de Setembro, propõe-se o seguinte:-----

----- Estudo e projecção de um Plano de Pormenor (PP) para a freguesia de Fazendas de Almeirim, onde seja contemplada a Zona de Actividades Económicas de Fazendas de Almeirim».-----

----- O Sr. Presidente disse compreender tratar-se de um Plano de Urbanização no que se refere ao aglomerado urbano e não Plano de Pormenor, que trata sectores urbanos integrados num conjunto maior. E recordou que no primeiro Plano de Urbanização proposto há anos, a Câmara de então teve de desistir da ideia porque a população recusou absolutamente qualquer ordenamento urbanístico.-----

-----Daí o PDM remeter para Planos de Pormenor sectoriais quando está em causa o tratamento urbanístico naquela freguesia, dado o mal-estar gerado na freguesia de Fazendas de Almeirim. Está a tentar-se, gradualmente, disciplinar a construção e, pela amplitude da localidade, têm de ser feitos vários planos de pormenor.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que a malha urbana de Fazendas apresenta oficinas ao lado de moradias, vinhas, comércio, tudo na mesma rua e disse que tem de se repensar a estratégia do que vai ser o crescimento da freguesia.-----

-----ROTUNDA EM PAÇO DOS NEGROS - Este ponto da Ordem de Trabalhos foi agendado pelo Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, que apresentou a seguinte proposta:-----

-----«Ao abrigo da alínea a) do artigo dezasseis da Lei n° cento e cinquenta e nove de noventa e nove, de catorze de Setembro, e compete às Autarquias Locais a gestão das infra-estruturas rodoviárias existentes no Concelho, competindo, assim, ao Município de Almeirim o planeamento e gestão da rede rodoviária municipal;-----

-----Considerando que a Estrada Municipal que liga a povoação Marianos - Paço dos Negros e Raposa, é também uma infra-estrutura rodoviária importante no acesso das populações do Arneiro da Volta e Monte da Vinha ao centro do Concelho (Freguesia de Almeirim);-----

-----Tendo em vista a melhoria das condições de segurança de todos aqueles que utilizam aquela infra-estrutura rodoviária, importa proceder à construção de uma rotunda no cruzamento que conflui com o acesso rodoviário dos lugares do Arneiro da Volta e Monte.-----

----- Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo dezasseis da Lei n° cento e cinquenta e nove de noventa e nove, de catorze de Setembro, propõe-se o seguinte:-----

----- i) Projecção e construção de uma rotunda no cruzamento que liga a povoação de Paço dos Negros ao Monte da Vinha e Arneiro da Volta (designado cruzamento do "Café Falcato");-----

----- ii) Para o efeito, deverá ser consultado o Presidente da Junta de Freguesia das Fazendas de Almeirim, dado que a construção da infra-estrutura se insere na Freguesia de Fazendas da Almeirim».-----

-----O Sr. Presidente informou que existem várias rotundas pensadas e algumas já projectadas, de execução prioritária sobre a ora proposta, na medida em que servirão locais muito saturados de tráfego e comunicou as que serão postas a concurso dentro em breve.-----

-----Às dezassete horas e vinte e quatro minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi, a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição